

O “professor Nami Jafet”

e sua atuação frente à comunidade
sírio-libanesa (1893-1923)

“Professor” Nami Jafet and his role
in the Syrian-Lebanese community
(1893-1923)

**RENATA GERAISSATI CASTRO
DE ALMEIDA**

Doutoranda em História pela Universidade Estadual de
Campinas – Unicamp, bolsista da Fundação de Amparo à
Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp.
rgeraissati@gmail.com

RESUMO: O imigrante sírio-libanês Nami Jafet aportou no Brasil em 1893 e se tornou uma das figuras de maior projeção dentro da colônia no país. Convidado para proferir discursos em inúmeras ocasiões, o empresário atuou ativamente em redes de mobilização da comunidade de imigrantes sírio-libanesa espalhada pelas Américas, que lograram impactar nos desfechos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Sua biografia permite a compreensão da relação entre temas que comumente são analisados separadamente pela historiografia. Ademais, sua trajetória revela as disputas existentes dentro do grupo e as inúmeras articulações para estabelecer o porvir da Síria, e demandar o apoio de nações que julgavam serem as mais capazes de auxiliarem a região em seu processo de reconstrução. Entre os anos de 1908 a 1925, embates a respeito de nacionalismos, política, fronteiras, leis de cidadania e nacionalidade se tornaram parte do cotidiano desta comunidade, questões que foram também mobilizadas por suas sociedades receptoras.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração sírio-libanesa. Primeira Guerra Mundial. Nami Jafet.

ABSTRACT: Syrian-Lebanese immigrant Nami Jafet arrived in Brazil in 1893 and became one of the most prominent figures of the colony in the country. Invited to give speeches on numerous occasions, the businessman actively participated in the mobilization of the Syrian-Lebanese networks spread throughout the Americas, which were able to impact the outcomes of the First World War. His biography allows the understanding of the relationship between themes that are analyzed separately by historiography. In addition, its trajectory reveals the disputes existing within the group and the numerous articulations to establish the future of Syria, demanding the support of nations that they believed to be the most capable of assisting the region in its reconstruction process. Between the years 1908 to 1925, nationalisms, politics, borders, citizenship and nationality laws became part of the daily life of this community, issues that were also mobilized by their receiving societies.

KEYWORDS: Syrian and Lebanese immigration. World War I. Nami Jafet.

Em 17 de outubro de 1917, na sede da Sociedade Beneficente Síria em Santos, litoral paulista, um imigrante sírio-libanês conhecido dentro da comunidade como “o professor” proferiu um discurso que seria relevante não apenas para os imigrantes desta colônia, mas para a sociedade brasileira como um todo:

tenho a honra de estar falando agora na cidade que foi o berço de José Bonifácio. Foi nesta cidade que nasceu e se criou o homem que proclamou a independência do país. Desta cidade partiu a caravana que, nas colinas do Ipiranga, fez reboar o brado de “Independência ou Morte”. Santos e Ipiranga são símbolos da Independência e da liberdade para esta terra e para nós também serão os símbolos da liberdade e da independência da Síria amada (JAFET, 1947, p. 337).

Nesta ocasião, fazendo uso de seu conhecimento sobre a história do Brasil, o imigrante aproveitou para criar uma analogia e para reafirmar sua posição política com relação à independência da Síria, traçando um paralelo com o Brasil, pontuando a incongruência em defender que a Síria pertencia aos turcos, criticando seu direito de conquista sobre a região.

Como veremos a seguir, a compreensão da biografia de Jafet permite com que analisemos de maneira integrada temas que são concebidos de maneira apartada, dificultando o entendimento de determinadas relações. Recuperar sua trajetória abordando a agência deste indivíduo, captando seu cotidiano e os detalhes de sua trajetória pessoal, e outros fatores apenas percebidos se examinados pormenorizadamente, se evidencia como uma possibilidade profícua ao campo historiográfico. Roger Chartier destaca que essa mudança epistemológica tem fornecido novas interpretações a partir do estudo “do singular e do inimitável”¹, demonstrando que “o objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades: as parentelas, as famílias e os indivíduos” (CHARTIER, 1994, p. 98).

A atuação de Nami Jafet estava intimamente associada aos desfechos da Primeira Guerra Mundial, evidenciando as redes transnacionais de mobilização da comunidade de imigrantes sírio-libanesa espalhada pelas Américas, que atuaram em prol da independência de sua pátria de origem, submetendo recursos e alistando indivíduos para compor a frente de batalha da expedição Oriental. Ademais, o estudo de sua biografia revela as disputas

da própria colônia acerca de qual seria o futuro da região, debate em que figuravam grupos que defendiam a manutenção do Império Turco-Otomano, segmentos que ansiavam por uma independência sob a proteção dos Estados Unidos, os partidários da presença francesa e os nacionalistas árabes que propunham não ser necessária nenhuma interferência em sua soberania. Assim, pretendemos demonstrar como tal embate foi compreendido no Brasil e como repercutiu na imprensa.

Neste contexto, os princípios de autodeterminação dos povos ganhavam popularidade, fazendo com que diversos grupos acreditassem ser possível a consolidação de suas nações, surgindo associações que postulavam a fundação de uma “grande Síria” e outras que defendiam a criação do Líbano. Tais circunstâncias são significativas, pois nos permitem identificar as distintas posições defendidas pelos membros da colônia, que apesar de serem vistas como homogêneas por suas sociedades receptoras, eram permeadas por inúmeras nuances.

A construção de um percurso: a imigração sírio-libanesa para o Brasil

Entre o fim do século XIX e início do XX, milhões de imigrantes aportaram na América (KLEIN, 2000, p. 23), tornando a compreensão da inserção e da integração destes grupos em tema importante para as sociedades em que se instalaram. Dentre as várias nacionalidades que se destinaram ao Brasil, se destacam os sírio-libaneses, que, desde sua chegada, optaram, majoritariamente, por viver nas cidades, ainda que grande parte destes transitasse pelas áreas rurais para exercer a profissão de mascates. Este grupo constituiu uma imigração espontânea, já que o governo não subsidiava pessoas que não fossem trabalhar nas fazendas (KLEIN, 2000, p.162). Em grande medida, os fatores que impulsionaram sua saída do Império Otomano são, na maioria das vezes, os mesmos, contudo, os locais em que se instalaram, as atividades que exerceram no momento de sua chegada, as redes que criaram, suas trajetórias pessoais e o nível de projeção que atingiram são bastante distintos.

Nascido na cidade de Choueir, norte do Líbano, em 8 de outubro de 1860, Nami, o mais velho dos irmãos Jafet, migrou em 1893 para a América do Sul, após seu irmão Benjamin Jafet já residir no Brasil por seis anos. O apelido de “o professor” advinha de sua experiência profissional anterior, era bacharel em Artes e Ciências pela Universidade Americana de Beirute e

lá havia ensinado Ciências Naturais a uma classe preparatória de Medicina. A biografia inicial que compila vários de seus discursos no Brasil relata que Jafet era um leitor de Darwin, Spencer e Huxley, e publicou um Tratado de Aritmética (1890), além de outros artigos sobre matemática na revista “Al Muktaraf” (JAFET, 1947).

Ao aportar no Brasil, mudou de ramo e junto de seus irmãos fundou a Nami Jafet e Irmãos, sediada na Rua 25 de Março, centro da capital paulista. A sociedade era composta por ele, Benjamin e Basílio Jafet. No ano de 1900, a empresa foi transferida para a Rua Florêncio de Abreu, e em 1907, quando houve a mudança da fábrica para uma área de cem mil metros quadrados no bairro do Ipiranga, o local passou a servir como escritório comercial da fábrica.

Nesse sentido, podemos supor que o imigrante sírio, ao instalar sua indústria no Ipiranga, bairro da zona Sul de São Paulo, procurou se associar à dimensão simbólica representada por este local. Após os acontecimentos de 7 de setembro de 1822, a região do Ipiranga adquiriu uma importância simbólica como local demarcatório do surgimento do Estado-Nação, algo que foi, posteriormente, mobilizado inúmeras vezes para criar representações sobre o passado (OLIVEIRA, 1995).

Seu prestígio junto ao poder público pode ser identificado na aprovação de seus pedidos de fechamentos de ruas para a conformação de seu parque industrial. Desde o ano de 1907 os trechos das ruas Constituinte e Lino Coutinho foram incorporados à área de seu parque industrial. No ano de 1919, Nami Jafet solicitou o fechamento do trecho da Rua Ituano, oferecendo como contrapartida à municipalidade um lote na Rua Sorocabanos, no mesmo bairro.

Inicialmente, a empresa importava tecidos em atacado do Rio de Janeiro e, posteriormente, da Europa (DEAN, 1973, 98). A Fiação, Tecelagem e Estamparia Jafet S.A. se tornou um dos maiores complexos industriais do país, empregando mais de três mil funcionários e fez dos Jafet uma das mais ricas famílias de São Paulo. A família foi em grande medida responsável por parte da urbanização do Ipiranga, onde, além de instalar sua fábrica de tecidos, construiu vilas operárias, creches, escolas, bibliotecas, discoteca, ambulatórios e, os palacetes onde a família foi residir (O Estado de São Paulo, 30 de agosto de 1949, p. 11).

Ademais, Nami Jafet foi presidente da Câmara Síria em São Paulo, da Sociedade Patriótica Síria Libanesa, fundador da Igreja Ortodoxa em São Paulo, além de presidente da Associação de ex-alunos da Universidade Ame-

ricana de Beirute residentes no Brasil e chefe do diretório do Partido Republicano Paulista no Ipiranga (Correio Paulistano, 28 de dezembro de 1923, p. 8). Em 1921, foi homenageado pelo governo francês com a medalha da Legião da Honra, por seus serviços prestados durante a Primeira Guerra (Correio Paulistano, 11 de março de 1921, p. 3). Em virtude de todas essas ações, se tornou um importante orador para a comunidade, desempenhando um papel fundamental na articulação de redes, tanto econômicas, quanto sociais e políticas. Sua biografia está diretamente associada com o momento do crescimento industrial brasileiro e dos impactos da Primeira Guerra Mundial.

Projetos em disputa: as redes transnacionais de sírios nas Américas

A *Revista da Semana*, propriedade da Companhia Editora Americana, em seu exemplar de 1º de setembro de 1917, apresentou como matéria de capa a recepção que o novo embaixador francês junto ao governo do Brasil recebeu no Rio de Janeiro. A notícia vem acompanhada de uma fotografia que ilustra o grande grupo que participou do banquete oferecido no salão “Assyrio” do Teatro Municipal ao emissário e aos dois representantes do *Grand Comité Syrien* de Paris, Cesar Lakad e Bey Mardam.²

O salão em que foi realizada a cerimônia possui inúmeras ornamentações, dentre elas se destaca uma fonte que representa Gilgamesh, rei da Suméria, que é retratado asfixiando um leão em um alto-relevo cujo original *Héros maîtrisant un lion* conta com mais de cinco metros e está exposto no Museu do Louvre, na França. Essa escultura em mural é parte da reconstrução do palácio de Sargão II, encontrada nas escavações efetuadas entre 1843 e 1844, pelo cônsul francês Paul-Émile Botta em Mossul.

Tal fato demonstra simbolicamente a presença da França na região do Oriente Médio ao longo do século XIX, e a construção de uma articulação política para as suas pretensões de domínio deste território, que foram concretizadas no século XX, após o fim do Império Turco-Otomano. A presença de Paul Claudel no Brasil representa a tentativa do governo francês de angariar o apoio dos imigrantes sírio-libaneses para o protetorado da França na Síria. Entre os membros que estavam presentes na cerimônia, destacava-se Nami Jafet, figura chave para a comunidade sírio-libanesa nas Américas, e cujo engajamento no projeto francês foi primordial para sua efetiva implantação na região.

Nos discursos de Nami Jafet é possível identificar que, após a Revolução dos Jovens Turcos em 1908, houve um período de esperança de que ocorreria uma mudança substancial nas instituições do império, especialmente após a instauração de uma constituição. A expectativa gerada por este governo pode ser identificada em seu discurso *A Constituição Otomana* enunciado em 23 de julho de 1912. Para o empresário a promulgação de uma constituição que postulava a igualdade de todos os indivíduos, quer fossem mulçumanos, cristãos ou judeus, a incorporação de todas as religiões no exército e o aumento do número de deputados sírios exprimia a transformação em curso naquele momento (JAFET, 1947, p. 242). Portanto, Nami Jafet ressaltava que caberia a todo cidadão auxiliar o governo neste longo processo, e quatro anos sob esta administração não eram o suficiente para avaliar sua eficácia.

No entanto, após sucessivas tentativas de imposição de um controle central ressurgiu a oposição a este grupo. A obrigatoriedade do idioma turco como língua oficial resultou em protestos dos povos árabes acarretando em uma reconsideração desta medida. A proposta de unificação dos costumes nacionais também foi criticada pelos cristãos que alegavam que desde a conquista em 1453 lhes havia sido assegurada a manutenção de privilégios, e o governo, mais uma vez recuou (JAFET, 1947, p. 239).

Apesar da resistência com relação a essas medidas, para Nami Jafet e outros sírio-libaneses era falta de uma integração nacional entre povos com religiões, idiomas e tradições diferentes o principal problema a ser solucionado pelo Império Turco. Visando contribuir na formação da “nova pátria”, Jafet aconselhava que “o governo deve, antes de mais nada, seguir uma política de boa vontade e agrado para com todos os elementos do império e associá-los na administração de todas as atividades” (JAFET, 1947, p. 240). Ao ser capaz de demonstrar suas boas intenções quanto a integração de todas as comunidades dentro do império, o imigrante acreditava que “com este estado de espírito, se o governo tentar a fusão dos vários elementos, estes estarão dispostos a meditar sobre seu verdadeiro interesse nacional e perceberão que esse verdadeiro interesse está na fusão” (JAFET, 1947, p. 240). Ser contrário a esse projeto só interessava às potências estrangeiras para as quais “nossa discórdia alegria nosso inimigo”, pois assim, continuariam a intervir no território.

Imbuído dessas concepções “otimistas” com relação ao futuro do governo turco, em março de 1912, Nami Jafet integrou a comissão que fez parte de uma recepção realizada no Grand Hotel em São Paulo para o cônsul otomano A. Munir Sureya Bey, em seu retorno de uma viagem para Europa.

Nela estavam presentes Jorge Bassila (gerente do consulado), Nagib Haddad, Fares Najm, Estefan Galbuni, Auad Issa, Marad Trabulsi, Bechara Issa, B. M. Amandier, Bechara Atallah, Nagib Trad, Felipe Pedro, Said Bujamra, Elias Domingos e Salim Taufi Maluf.³ Porém, com o passar do tempo, muitos árabes perceberam que os conflitos que resultaram em sangue derramado e cidades destruídas serviram apenas para que esses que se diziam “protetores da nação e da constituição” pudessem governar de maneira despótica tal como o sultão (JAFET, 1947, p. 297). Assim, começou a ser organizada uma resistência ao governo turco.

Surpreende a rapidez com que as informações circulavam dentro das redes formadas pelos imigrantes sírios e libaneses. Um exemplo disto é evidenciado no discurso de Nami Jafet, que no início de setembro de 1913 comentava sobre o Congresso Árabe realizado entre os dias 18 e 23 de junho na Sociedade de Geografia Francesa. Em sua análise, o congresso que havia sido formulado com a finalidade de demandar uma maior autonomia para as populações árabes que viviam no império promovendo a descentralização do governo, e para dar força a essas demandas e pressionar por mudanças, os membros do congresso acordavam que nenhum deles aceitaria cargos no governo turco. Não demorou para que tal medida se mostrasse ineficaz, quando um dos representantes assumiu o ministério da Agricultura e outro o ministério das Fundações, caracterizando para Jafet a enorme desunião que existia no movimento árabe.

Em 7 de setembro de 1913, em virtude do protocolo do Líbano, Nami Jafet expressava qual era o seu entendimento de algumas decisões que determinavam como era efetuada a divisão política e geográfica entre Síria e Líbano. Suas palavras explicitavam a ineficiência do governo turco em lidar com os problemas da região, colocando inspetores estrangeiros para administrarem os setores públicos.

Meus patrícios: as nações podem levantar-se somente quando é grande o número dos homens cultos que não admitem a humilhação perante o estrangeiro. Nós somos governados, escravizados. Trabalhem de mãos dadas, disciplinem nossos espíritos e aprendamos como se libertam as nações, como correm para a morte por amor a independência! Aprendamos primeiros como sermos unidos, formando o feixe de varas que mãos inimigas não possam quebrar (JAFET, 1947, p. 290).

O fato de aceitarem intervenções de nações estrangeiras em seu território foi visto de maneira bastante pejorativa pelo autor (JAFET, 1947, p. 295), que quatro anos depois, se tornou um dos defensores da ajuda francesa para a libertação da Síria, exprimindo que possivelmente, em virtude dos sucessivos acontecimentos ocorridos neste curto espaço de tempo, o imigrante mudou de posicionamento. Apesar disso, neste contexto observamos que constantemente Jafet reforçava em todas as suas exposições públicas a importância que a pátria exercia em seus cidadãos, ainda que vivessem em terras estrangeiras.

De 1908 a 1925, querelas a respeito de nacionalismos, política, fronteiras nacionais, leis de cidadania e nacionalidade se tornaram parte do cotidiano dos imigrantes sírios e libaneses do além-mar. Surgiram inúmeras articulações para estabelecer o porvir da região, e demandar o apoio de nações que julgavam serem as mais capazes de auxiliarem em seu processo de reconstrução. Apesar de estes imigrantes terem sido capazes de criarem formas de oposição ao Império Turco-Otomano em todo o mundo, e com essa articulação lograrem também impactar na política de seu país de origem (FAHRENTHOLD, 2019, p. 3), persiste um silenciamento com relação a sua relevante atuação em obras que tem como objeto a imigração, a Primeira Guerra Mundial e a história dos últimos anos do Império Turco-Otomano.

Neste contexto de indeterminação sobre qual seria a conformação dos territórios após a independência da Síria, surgiram grupos articulados em diferentes projetos políticos para a região.⁴ Entre os quais aqueles que ansiavam pela independência do Grande Líbano, representados pela *Alliance Libanese*, e pelo *Comité Libanais* de Paris, aqueles que desejavam que a região estivesse sob um mandato francês, divergindo apenas sobre a preservação da autonomia síria, os proponentes de uma grande federação síria, organizada e supervisionada pela França, representada pela fundação em 1917 do *Comité Central Syrien* (CCS), grupos nacionalistas mulçumanos e cristãos que clamavam por um Estado árabe independente, e os defensores de uma grande união síria sob a proteção dos Estados Unidos, representados pela *Nouvelle Ligue Nationale Syrienne* (JACKSON, 2013).

No Brasil, a Liga Patriótica Síria era formada por Nami Jafet (presidente), Nagib Trad (vice-presidente), Miguel Estéfano (tesoureiro), Fares Najm (primeiro secretário) e Nicolau Nassr (segundo secretário). A composição de sua estrutura demonstra o destaque que tal órgão adquiriu na comunidade ao longo deste período, reunindo figuras de projeção social e econômica. Em 2 de setembro de 1917, foi realizada uma reunião no Salão

Steinway, posteriormente, transformado em sede do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, em que estava presente Paul Claudel,⁵ embaixador da França,⁶ dentre outros. Na ocasião, Nami Jafet proferiu a seguinte exposição que foi publicada em seu livro com o título “Histórica Reunião Política”:

os aliados assentaram que a Síria é das nações fracas militarmente, mas de vida vigorosa; que ela tem o direito de ser soberana. Se a Síria provar seu vigor, contribuindo com seu contingente para a guerra, eles garantirão a realização das suas aspirações nacionais. Confiaram à França encetar a tarefa e ela já preparou a expedição oriental, escolhendo a Ilha de Chipre como base (JAFET, 1947, p. 321).

Na mesma oportunidade esclareceu também os boatos que circulavam relativos à “Questão Síria” e dos objetivos da sociedade da qual era presidente. Declarando que depois de firmado o acordo entre os Aliados pela libertação da Síria, a Sociedade Síria de Paris ficou encarregada de negociar com o governo francês o futuro da nação, em virtude da facilidade de comunicação. Para este fim, foram escolhidos Dr. Lakh e Mardam Bey como seus representantes e os mesmos viajariam para vários países e se encontrariam com imigrantes sírios e libaneses para propagar a causa. Jafet frisou que esse acordo para a emancipação não significava que após o fim da Guerra haveria qualquer proposta de intervenção política na “Nova Síria”.

A circulação das notícias acerca da articulação política desses imigrantes para a libertação de sua pátria de origem teve repercussão em inúmeras publicações, tanto nacionais como internacionais. Na edição de novembro de 1917 da revista *Correspondance d'Orient — journal d'expansion française et de politique extérieure*, publicada em Paris, foi relatada a formação da *Ligue pour la Libération de la Syrie et du Liban* no dia 8 de junho daquele ano, com o objetivo de ser uma intermediária entre a França e os Aliados pela libertação da Síria e do Líbano do jugo turco. A liga objetivava engajar os sírios e libaneses para participarem da Legião do Oriente propondo que os imigrantes de todos os países se organizassem para apoiar a independência de sua pátria de origem. O periódico anunciava que em seu vigésimo quinto volume já havia mencionado as manifestações patrióticas realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, que se deviam especialmente, “ao esforço de um de seus mais eminentes membros, M. Nami Jafet” (tradução nossa, *Chronique Syrienne*, 11 de outubro de 1917, p. 284).

A revista transcreve o discurso do diplomata Paul Claudel⁷ na recepção, abordando “os imensos sacrifícios” que o governo francês estava empreendendo para dar independência aos sírios, e como o comitê ali presente era responsável por informar aos imigrantes em todos os países sobre quais eram os esforços necessários nesse sentido. Suas palavras relatam haver apenas duas opções para esses imigrantes:

ou você deseja permanecer eternamente sob o jugo otomano, oprimido, para ver suas casas devastadas, suas propriedades arruinadas, viver disperso no exterior, ou deseja, como todos os povos alimentados por sentimentos de liberdade e independência, libertar-se do jugo Turco e viver livre sob o sol brilhante de sua Síria e seu belo Líbano. Se queres a concretização deste último ponto, deste ideal que te é oferecido, é preciso fazer sacrifícios: é preciso que os jovens se empenhem, é preciso que os ricos dêem o seu dinheiro por esta nobre causa. (tradução nossa, *Chronique Syrienne*, 11 de outubro de 1917, p. 284).

A publicação narra quais foram as outras ações que ocorreram na recepção, e reproduzem parte do discurso em que Jafet diz que por problemas de saúde esteve afastado dos eventos públicos. Porém, em face de tão relevantes acontecimentos, não era possível que se ausentasse desse movimento pela libertação de sua pátria. Sendo assim, em virtude de seu dever para com sua pátria e seus irmãos, e como forma de angariar a ação de seus companheiros para a causa, realizou uma doação de 60 mil francos, valor que lhe foi possível arrecadar até a ocasião junto à colônia.⁸

Contrariando o que era noticiado em outras publicações, a *Revista da Semana*, publicada no Rio de Janeiro, empregou tom irônico para se referir ao encontro de sírios e franceses. Para os editores, além de aclamado poeta e literato, Claudel se mostrava um sagaz diplomata, pois:

nenhum de seus ilustres antecessores descobrira que neste grande *caravansérail* que é o Brasil, onde se dão *rendez-vous* emigrantes de todos os países do mundo, desde o português ao japonês, existia uma grande e já poderosa colônia desprotegida, que bem poderia acolher-se sob a bandeira francesa (Revista da Semana, 01 de setembro de 1917, capa).

Para os editores, a experiência prévia de Claudel em cargos consulares exercidos nos países orientais o havia habilitado para lidar com a colônia

síria que ansiava por libertar-se da tirania dos turcos e, para tal, apresentava a França como sua possível salvadora. Assim, ao intitular a notícia de “Os sírios (...) cidadãos franceses”, o jornal, em tom jocoso, revelava o pesar de ter acolhido esses imigrantes para viver em seu território, enquanto, os mesmos clamavam por se tornarem franceses.

Ao utilizar o termo *caravansérail*, advindo do Oriente Médio, que designa um edifício onde podem repousar gratuitamente as caravanas, a revista exprimia a opinião de que estes indivíduos só estavam no Brasil por seus anseios comerciais, algo que não havia implicado em um vínculo efetivo com o país, ideia reforçada pela passagem em que atribuem ao Brasil o mesmo “erro” em que incorreu os Estados Unidos: receber toda sorte de indivíduos sem o estabelecimento de critérios que norteassem uma seleção. Contudo, o desconforto gerado por esse encontro não se restringiu à revista.

Em 4 de setembro de 1917 foi publicada no jornal *Correio Paulistano* a matéria intitulada A Nova Síria (p. 2). Uma manifestação escrita por Anis J. Racy e Najib Haddad, demonstrando seu descontentamento com a aliança de membros da colônia com o governo francês para a defesa de um protetorado na região. Para os autores, o desejo de qualquer nação que almeja figurar ao lado das grandes coletividades é a independência e a soberania sobre seu destino. Tal conjuntura fazia com que a questão das nacionalidades emergisse para inúmeros locais naquele período, a exemplo nos estados balcânicos. A experiência de outros locais tornava evidente para Racy e Haddad que em momentos em que havia o choque dos interesses dos “povos poderosos” com o das “pequenas nações” era um contexto em que desapareciam os tratados e direitos estabelecidos. Sendo assim, o fato de estarem sob o protetorado francês, inevitavelmente ocasionaria uma subserviência com relação aos anseios desse governo. Para os autores, o povo sírio não passava de um charivari formado pelos vários exércitos que por ali passaram e pelos povos vizinhos. Só existiriam, portanto, dois caminhos para seu futuro enquanto nação:

mudar de senhores, quais quer sejam, menos os turcos, ou ter a felicidade de juntar-se nos seus irmãos de raça. E olhando para o futuro cremos que, apesar destes movimentos, tantos os sírios, como aqueles que se interessam por sua sorte, têm que se curvar perante a segunda hipótese como a mais amável e a mais justa.

Neste sentido, propunham a união de todos os povos da região em uma Federação Árabe que garantisse autonomia relativa a todos os Estados

que a compusessem. Os autores indagaram sobre qual era o melhor projeto político para a Síria, e questionaram quais eram as intenções dos participantes da reunião ocorrida no salão do Conservatório, concluindo que a comissão havia encarregado Nami Jafet de angariar donativos e voluntários para combaterem ao lado dos Aliados.

No mesmo dia da reunião no Conservatório, foi oferecido um banquete em São Paulo em homenagem aos senhores Lakh e Mardam, sob a presidência de honra do embaixador da França Paul Claudel. Nesta oportunidade Jafet destacou que, apesar de muitos continuarem propagando dúvidas quanto aos interesses do governo francês na libertação da Síria, não havia o que temer, pois:

se um embaixador fala em nome do seu país e dos seus aliados, com plena responsabilidade por cada palavra que profira, e se seu país é responsável por cada palavra perante os demais interessados, como podemos dizer que a França está fazendo propaganda para aliciar a opinião dos sírios emigrados, e isto ainda depois de tanto esclarecimento e tamanha declaração (JAFET, 1947, p. 339).

Na mesma notícia de 4 de setembro de 1917, publicada no *Correio Paulistano*, Racy e Haddad frisavam que a Liga Patriótica não representava uma unanimidade na colônia, propondo que:

pela lista impressa nos jornais de hoje, se vê que as pessoas presentes no banquete de ontem, não são os representantes de toda a colônia síria, nem da sua décima parte. No entanto se bradava ontem que estes que não obedeceram aos *ukases* são traidores, covardes e mentirosos.⁹

Os autores reforçavam que a posição defendida por estas parcelas da colônia colocava a todos em uma posição embaraçosa, tanto que se tornaram objeto de escárnio por parte do periódico a *Revista da Semana*. Por fim, a notícia cobrou a divulgação na íntegra do discurso proferido pelo diplomata Paul Claudel, pois assim, toda a colônia síria compreenderia as reais pretensões francesas na região.

Após cinco dias, novamente os autores publicaram no *Correio Paulistano* sob o mesmo título a continuação de sua argumentação. Para os autores, um pedido evidentemente simples, a publicação do depoimento na íntegra do diplomata francês, havia sido ignorado, excetuando um jornal árabe que

publicou novamente a oração de Jafet e um resumo do que foi dito por Claudel. O que lhes gerou os seguintes questionamentos:

seria porque o discurso do ilustre ministro da França não fora estenografado? Seria porque não tivessem tempo para publica-lo ou traduzi-lo literalmente? Ou seria porque achassem que o que a sua excelência dissera não se ajusta às asserções que eles tem feito e publicado? (O Correio Paulistano, 09 de setembro de 1917, p. 2).

A defesa de uma aliança com a França representava para os autores da missiva a falta de uma consulta pública para saber quais eram os legítimos anseios dos membros de toda a colônia. Além disso, os inúmeros silêncios com relação às dúvidas que manifestaram: quais eram os motivos de não apresentarem a carta na íntegra de Hakki Bey Alazem? Por quê não havia uma declaração oficial das potências com relação ao futuro da Síria, algo que sanaria todas as desconfianças sobre quais eram seus verdadeiros objetivos na região? Quais eram os programas do Comitê Central Syrien e da Liga Patriótica Síria? Racy e Haddad relatam que sua oposição á proposta de apoio francês foi seguida de sucessivas retaliações dentro da colônia e de ameaças “aos que não comungam com suas ideias”.¹⁰ Novamente, clamavam para que o presidente da sociedade sírio-libanesa, Nami Jafet, fizesse uma consulta com todos os sírios para compreender qual a opinião da maioria da colônia a respeito do futuro de sua pátria.

Os desdobramentos dessas disputas e como tal questão foi manejada pelos membros da Liga Patriótica e pela sociedade paulista estão impressos em revistas e jornais que circularam no período. Na notícia A colônia syria de São Paulo — turcos germanófilos querem ser amigos do Brasil, publicada em 03 de dezembro de 1917, em A Época destacava que os sírios que se conservavam fiéis aos turcos eram inimigos do Brasil e dos Aliados, defendendo que os membros da sociedade síria eram representantes dos mais importantes industriais, comerciantes e intelectuais da colônia no Brasil. Muitos dos quais se naturalizaram brasileiros e residiam no país por mais de vinte anos. Sendo assim, os signatários da moção que eram:

em grande parte, desconhecidos, e nenhum deles se distinguiu por qualquer ato que glorifique a nacionalidade a que pertencem. Alguns deles têm procurado o nosso representante, para lhe dizer que assinaram aquele documento ignorando seu conteúdo e que agora, depois de

publicado e de lhes ter sido explicado o seu sentido, eles se declaram completamente em desacordo em tudo que diz respeito (A Época, 1912, p. 2).

No discurso proferido por Altino Arantes, presidente do Estado de São Paulo, por ocasião da entrega dos selos comemorativos do Centenário da Independência do Brasil em 1917, que culminariam na construção do Monumento da Amizade Sírio-libanesa no centro de São Paulo, o político afirma que:

em retribuição cordial e sincera a tão gentil demonstração, queria o orador, como última expressão do seu reconhecimento, formular naquela hora, diante daquele auditório, um voto e uma aspiração: Que, ao findar o temeroso cataclismo, em que ora se debatem as nações; que, ao quebrar-se o gigantesco crisol, em que se caldeia e se funde, ao fragor das batalhas e na atmosfera asfixiante dos gases mortíferos, a humanidade do Futuro da Civilização, ressurja, dos escombros fumegantes, da guerra universal, sob os auspícios da França imortal, generosa e cavalheiresca, uma nova Syria redimida e vitoriosa. Essa Syria, que já é a pátria espiritual de todos os cristãos, será então, igualmente, a pátria independente e forte de todos os sírios! (Correio Paulistano, 24 de setembro de 1917, p. 3).

A Sociedade Patriótica Sírio-libanesa enviou uma representação para Altino Arantes, em 1º de dezembro de 1917, em resposta a moção de solidariedade dirigida a ele em 25 de novembro pelos que se opunham às propostas da sociedade. Ademais os autores explicaram quais eram os conflitos dentro da colônia, demonstrando que, após três meses de disputas, a associação escolheu adotar uma conduta moderada. Apontando que os contrários ao apoio aos aliados se dividiam entre os que temiam por uma represália do governo turco o que aumentaria os flagelos na região, outros que por se considerarem brasileiros não viam o porquê de interferir nesses assuntos, e os que apoiavam o governo de Constantinopla.

Os membros da sociedade manifestaram também que estavam recebendo numerosos ataques de periódicos árabes, muitos dos quais foram fechados pela polícia por seu alinhamento germanófilo. A sociedade reforçou que sem o apoio francês não era possível a obtenção da independência da Síria, desta forma nomearam o diplomata Claudel ao posto de presidente

honorário da sociedade, como símbolo de agradecimento à França. Contudo, frisavam que isto não significava a procura pela proteção francesa dentro do território brasileiro, uma evidente resposta ao que foi escrito pela *Revista da Semana*. A notícia mencionou que Arantes, em seu discurso no evento de entrega dos selos, encorajou a iniciativa da sociedade e esclareceu pontos relativos às carteiras de identidades que estavam sendo distribuídas:

não se trata de nenhuma imposição aos membros da colônia síria. Estas carteiras são fornecidas unicamente aos que comungam com as ideias de libertação da Pátria. Foram criadas na capital da República, de acordo com o sr. ministro da França e com a ciência do ministro do Exterior, e com a autorização de serem legalizadas em todos os consulados da França e aceitar como reconhecimento de que os seus portadores são leais amigos da França e dos Aliados, podendo viajar livremente nos navios destas nações (Correio Paulistano, 4 de dezembro de 1917, p. 10).

A questão dos passaportes era bastante significativa para uma parcela da colônia. Farenholdt (2019) destaca que os “*sauf conduit*” se tornaram o único meio legal dos sírios se repatriarem no Oriente Médio. A França tornou parte da Síria e do Monte Líbano como áreas de seu protetorado, reclamando pelos acordos de guerra, em especial o Tratado Secreto de Sykes-Picot (1916), firmado entre ela e a Inglaterra. Contudo, nacionalistas árabes sob a organização de Emir Faysal e grupos sírio-libaneses radicados no exterior questionaram esse domínio, fazendo com que a França, para aplacar esses protestos, reivindicasse aos imigrantes sírios no exterior através do fornecimento de passaportes. Ainda que parcelas significativas desses imigrantes já dispusessem da naturalização em suas sociedades receptoras, a maioria continuava a possuir um passaporte otomano e manter a nacionalidade (FAHRENTHOLD, 2019, p. 118).

No ano de 1918 ocorreu a ocupação do Líbano pelos aliados ingleses e franceses, pondo fim à dominação otomana a esse território. Porém, as disputas sobre o futuro da região demoraram a ser solucionadas. Na edição de 19 de setembro de 1919, *O Jornal* publicou o artigo A questão Síria, escrito por Delgado Carvalho que relatou para o público carioca as propostas de divisão da região (p. 5). O autor explicou que Grã-Bretanha, França e o Hedjaz (Estado formado pelo Xarife de Meca que lutou em aliança com as potências para expulsar o exército Turco da Península Arábica) formaram um acordo sobre as fronteiras. Em sua análise, o tratado decretava o fim de inúmeros acordos

secretos e se mostrava claramente prejudicial para Síria, que seria dividida. Carvalho finaliza sua matéria explicando as propostas que diferentes grupos possuíam para a região e destacou o papel que a Conferência de Paris, desempenhou na determinação dessa fronteira.

Uma perspectiva sobre qual foi a reação de Nami Jafet ao projeto político efetivado na Síria e Líbano está em seu livro *Ensaio e Discursos*, publicado em 1947. A obra foi traduzida do árabe por Taufik Daúd Kurban, que ao longo de cada discurso tece inúmeras notas explicativas sobre certos contextos. Dentre essas, uma se destaca, pois denota a própria posição do tradutor em relação ao debate, ao expor que o próprio em 1923 — ano de falecimento de Nami Jafet — publicou um artigo no jornal *Comércio do Paraná* revelando que foi um opositor de sua política com relação à Síria, mas que ao mesmo tempo nutria enorme respeito pelo mesmo. Em nota, o tradutor relatava que em 1921, Jafet foi para a Síria e teve a oportunidade de ver sua pátria sob o protetorado francês, o que lhe causando enorme revolta. Contudo, foi em março deste mesmo ano que foi nomeado cavaleiro da legião de Honra da França.¹¹

Considerações Finais

Tecer a biografia de Nami Jafet significa compreender sua atuação como empresário, como benemérito e orador da comunidade sírio-libanesa, como articulador de redes de imigração e políticas, e como este indivíduo atuou ativamente em torno da consolidação de seu projeto de independência da Síria. Como presidente da Liga Patriótica Síria, o imigrante recrutou pessoas para comporem o *front* de batalha, algo que também reforçou seu prestígio junto ao governo, uma vez que passou a se relacionar diretamente com seus representantes para que pudesse emitir os documentos necessários ao alistamento desses soldados. O imigrante também era amigo do cônsul otomano em Buenos Aires, Amin Arslan, demitido em 1915. Ainda que estivesse publicamente defendendo a independência da região, o empresário pôde continuar a emitir contratos de trabalho para que pessoas saíssem do Império Turco-otomano e viessem trabalhar em sua fábrica no Ipiranga, demonstrando que tal postura não foi vista pelos otomanos como um ato de desobediência civil em virtude de sua classe.

Inúmeros são aspectos de sua trajetória que são relevantes. Nesta análise, privilegiamos o protagonismo de sua atuação na articulação de uma rede e quais foram as disputas para o estabelecimento de um projeto político

para a Síria, uma temática que se destaca não apenas pela proximidade com a efeméride do final da Guerra, como também pelos impactos que a conformação das fronteiras desses territórios forjadas nos acordos do pós-guerra trouxeram inúmeros conflitos para o Oriente Médio, colocando no cerne da discussão uma disputa que ainda hoje é relevante. Nesta querela entre os imigrantes ao longo da Primeira Guerra Mundial, se fizeram presentes questões diplomáticas, raciais, relações identitárias, conformação de redes, e outros aspectos possíveis de serem mais bem identificados quando analisados a partir da biografia de Nami Jafet.

Notas

1 Para Benito Schmidt, podemos encontrar quatro "regimes de historicidade" dentro da produção biográfica, são eles: a concepção passadista, futurista e presentista, que passou por uma fissura nos anos 80 ocasionada pelo interesse na memória, gerando um novo regime. A concepção passadista inicia-se com Tucídides e Plutarco, escrevendo a história dos grandes homens, por meio da chamada "história mestra da vida", na qual caberia ao passado iluminar o futuro, verificamos que nestes escritos biográficos a moralidade estava posta de maneira preponderante. No meio do século XIX a história das pessoas comuns passou a ser relevante, inaugurando um novo regime de historicidade que promoveu uma inversão na relação passado/futuro. Neste regime o futuro deveria esclarecer o passado e o historiador deveria buscar o único e não mais o exemplar. O autor esclarece que nesse novo regime que projetava o futuro os escritos biográficos perderam sentido, se tornando o alvo de diversas críticas. Portanto, a medida que a História objetivava se tornar uma disciplina autônoma e científica, as trajetórias individuais perderam espaço e foram consideradas como um gênero menor, associado aos antiquários. No século XX com a instauração do regime de historicidade presentista, a historiografia incorporou novas perspectivas de análise, como a longa duração. Desta forma a biografia continuou a ocupar um papel secundário frente às concepções estruturais e coletivas destes historiadores. Porém, após os efeitos das Grandes Guerras, verificou-se que o evento era uma chave de entendimento significativa, que deveria ser contemplada pelas análises. Neste contexto o paradigma estruturalista passou por um momento de crise, que propiciou a valorização da memória, possivelmente, um dos motivos para o retorno da biografia (SCHMIDT, 2003).

2 Revista da Semana, 01 de setembro de 1917, capa.

3 Correio Paulistano, 01 de março de 1912, capa.

4 O autor Leon Rodriguez pontua algumas

destas interpretações, entre elas: o fenicianismo, formado, sobretudo, a partir das expedições arqueológicas organizadas por Napoleão III, esta linha buscava efetuar um vínculo de continuidade com os libaneses, que seriam uma civilização pré-cristã e pré-islâmica, o maronitismo, que propõe uma identidade libanesa formada a partir da ideia do lugar histórico dos cristãos orientais, o amirismo, corrente que pregava que já havia um estado autônomo na região desde o século XV, apoiada pelos drusos e maronitas que propunham a restituição do Emirado Chebab e o libanismo, corrente que se identificava com o projeto francês do grande Líbano (ZAHAR, 2004, pp. 197-199).

5 A trajetória de Claudel é bastante significativa, um conhecido dramaturgo, seu ingresso na carreira diplomática se deu por intermédio do escultor Rodin, que enviou um telegrama em 6 de janeiro de 1890 para o ministro das Relações Exteriores, o indicando para a carreira diplomática. Possivelmente tão intercessão se deu em virtude da relação de Rodin com a escultora Camille Claudel, que era irmã de Paul Claudel. Após conquistar o primeiro lugar no concurso, o francês optou pela carreira consular, somente a partir de 1893 passou a exercer a diplomacia se tornando vice-cônsul em Nova Iorque, Boston, Praga, Frankfurt e Hamburgo. Foi cônsul na China entre os anos de 1895 a 1909, "ministro plenipotenciário" no Rio de Janeiro e embaixador em Tóquio, Washington e Bruxelas (THUILLIER, 1980, 50).

6 A notícia publicada no ano de 1919, em *O Jornal*, atribuiu ao diplomata francês o "catastrófico" esforço de guerra brasileiro, que se restringiu ao apoio econômico, fazendo com que o país não pudesse estar presente nas negociações de paz do pós-guerra, algo prejudicial à política externa do Brasil. Segundo o editorial, Nilo Peçanha atribuiu a demora do envio de tropas ao fato do diplomata francês ter declarado publicamente que as mesmas eram desnecessárias (14 de dezembro de 1919, p. 3).

7 Sua atuação diplomática ao longo da Primeira Guerra esteve assentada nos esforços de guerra, Paul Claudel foi responsável por firmar um convênio franco-

brasileiro em 3 de dezembro de 1919, que dispunha sobre o fretamento de trinta navios antes pertencentes aos alemães que se achavam em portos brasileiros no momento de declaração da guerra e que foram incorporados à frota do Lloyd. O convenio estabeleceu uma compensação aos possíveis danos que o mesmo pudesse trazer à exportação brasileira, assim, convencionando que o governo francês compraria dois milhões de sacas de café e outras mercadorias que totalizem o valor de cem milhões de francos, bem como faria uma compensação financeira de cento e dez milhões de francos referentes ao preço médio do frete marítimo. Desta forma, esses 30 navios ficariam a disposição dos franceses que se comprometiam a “realizar até 31 de março de 1919, nunca menos de quarenta viagens de ida e trinta e cinco de volta, entre o Brasil e a Europa” (BRASIL, 1919, p. 18).

8 *Chronique Syrienne*, 11 de outubro de 1917, pp. 283-284.

9 *Correio Paulistano*, 04 de setembro de 1917, p. 2.

10 *Correio Paulistano*, 09 de setembro de 1917, p. 2.

11 *Correio Paulistano*, 11 de março de 1921, p. 3.

Referências bibliográficas

Fontes

A colônia síria de São Paulo — turcos germanófilos querem ser amigos do Brasil.

A Época, 03 de novembro de 1917, p. 2.

A Nova Síria. **Correio Paulistano**, 04 de setembro de 1917, p. 2.

A Nova Síria. **Correio Paulistano**, 09 de setembro de 1917, p. 2.

BRASIL. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil** pelo ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Antonio Carlos Riberio de Andrada. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1919.

CARVALHO, Delgado. A questão síria. **O Jornal**, 19 de setembro de 1919, p.5.

Em São Paulo – Solidariedade da colônia síria. **Correio Paulistano**, 4 de dezembro

de 1917, p.10.

JAFET, Nami. **Ensaios e Discursos**. São Paulo: São Paulo Editora, 1947.

Ligue pour la liberation de la Syrie et du Liban. **Chronique Syrienne**.

Correspondance d'Orien, 11 de outubro de 1917, pp. 283-284.

Nami Jafet. **Correio Paulistano**, 11 de março de 1921, p. 3.

Nami Jafet, **Correio Paulistano**, 28 de dezembro de 1923, p. 8.

Obras Sociais da Fiação, Tecelagem e Estamparia do Ipiranga Jafet, **Correio Paulistano**, 30 de agosto de 1949, p.11.

O regresso do sr. Irineu Machado: análise do papel diplomático do sr. Paul Claudel.

O Jornal, Fatos e Informações, 14 de dezembro de 1919, p. 3.

Os sírios ... cidadãos franceses. **Revista da Semana**. 01 de setembro de 1917. Capa. Uma significativa homenagem dos syrios ao Brasil. A entrega dos selos comemorativos. **Correio Paulistano**, 24 de setembro de 1917, p. 3.

Bibliografia

CHARTIER, Roger. “A História hoje: dúvidas, desafios e propostas”. In: **Estudos Históricos**, v. 7, n. 13, v. 7, pp. 97-113, 1994.

DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo (1880-1945)**. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1973.

FAHRENTHOLD, Stacy D. **Between the Ottomans and the entente: The First War in the Syrian and Lebanese Diaspora, 1908-1925**. Nova York: Oxford University Press, 2019, p.118.

JACKSON, Simon. “Diaspora politics and developmental empire: the syro-lebanese at the League of Nations”. In: **The Arab Studies Journal**, v. 21, n. 1, pp. 166-190, 2013.

KLEIN, Herbert. “Migrações Internacionais na História da América”. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. “O espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência”. In: **Anais do Museu Paulista**, v. 3, n. 1, pp. 195-208, jan/dez. 1995.

SCHMIDT, Benito. "Biografia e regimes de historicidade". In: **Revista Métis: história & cultura**, v. 2, n. 3, pp. 57-72, jan.-jun. 2003.

THUILLIER, Guy. **Bureaucratie et bureaucrates en France au XIXe siècle.**

Genebra: Libraire Droz, 1980.

ZAHAR, Leon Rodríguez. **Líbano,**

Espejo del Medio Oriente Comunidade, Confesión y Estado, Siglos VII-XXI. México:

El Colegio de México, 2004.

Recebido em: 01/11/2020

Aprovado em: 04/12/2020